

**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL - CENTRO  
CURSO TÉCNICO EM QUÍMICA**

ALICE SEIDLER PAKUSZEWSKI  
ANA LÍVIA DE LIMA CARVALHO  
BEATRIZ STRINGARI  
CLARA LOUGON GÖETZ FAGUNDES  
ERIC KAUÃ DALLMANN MACIEL  
GUILHERME LACERDA COSTA  
LETICIA GABRIELA OKASAKI

**Ensino Religioso e Religião:** Percepções dos alunos do IFSC sobre o Ensino  
Religioso em relação com suas crenças e não crenças

ALICE SEIDLER PAKUSZEWSKI  
ANA LÍVIA DE LIMA CARVALHO  
BEATRIZ STRINGARI  
CLARA LOUGON GÖETZ FAGUNDES  
ERIC KAUÃ DALLMANN MACIEL  
GUILHERME LACERDA COSTA  
LETICIA GABRIELA OKASAKI

**Ensino Religioso e Religião:** Percepções dos alunos do IFSC sobre o Ensino Religioso em relação com suas crenças e não crenças

Projeto de pesquisa desenvolvido no Programa Conectando Saberes do Curso Técnico em Química, 1ª fase, do Instituto Federal de Santa Catarina, câmpus Jaraguá do Sul – Centro, como integração entre as unidades curriculares e como eixo condutor à pesquisa.

Orientadora: Bruna Alexandra Franzen  
Coordenadora de fase: Anne Cristine Rutsatz Bartz

## SUMÁRIO

|                                                          |           |
|----------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 TEMA.....</b>                                       | <b>3</b>  |
| <b>2 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....</b>                        | <b>3</b>  |
| <b>3 PROBLEMA DE PESQUISA.....</b>                       | <b>3</b>  |
| <b>4 HIPÓTESES.....</b>                                  | <b>3</b>  |
| <b>5 OBJETIVOS.....</b>                                  | <b>4</b>  |
| 5.1 OBJETIVO GERAL.....                                  | 4         |
| 5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....                           | 4         |
| <b>6 JUSTIFICATIVA.....</b>                              | <b>4</b>  |
| <b>7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>                      | <b>6</b>  |
| 7.1 O ESTADO LAICO.....                                  | 7         |
| 7.2 A HISTÓRIA RELIGIOSA DO BRASIL.....                  | 8         |
| 7.3 ENSINO RELIGIOSO: CONFSSIONAL E NÃO CONFSSIONAL..... | 11        |
| 7.4 O ENSINO RELIGIOSO DE ACORDO COM AS LEIS.....        | 11        |
| 7.5 DIVERSIDADE RELIGIOSA, CRENÇA E NÃO-CRENÇA.....      | 13        |
| <b>8 METODOLOGIA.....</b>                                | <b>15</b> |
| <b>9 CRONOGRAMA.....</b>                                 | <b>17</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                  | <b>19</b> |

## **1 TEMA**

Percepções dos estudantes do Instituto Federal de Santa Catarina — Câmpus Jaraguá do Sul sobre o aprendizado do ensino religioso e a relação com as suas próprias crenças e não crenças.

## **2 DELIMITAÇÃO DO TEMA**

Percepções acerca do ensino religioso como unidade curricular e a sua influência sobre as crenças e não crenças dos alunos dos cursos técnicos integrados do Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Jaraguá do Sul — Centro.

## **3 PROBLEMA DE PESQUISA**

O Ensino Religioso, como apresentado pela BNCC, tem um papel fundamental na formação do estudante. Em parâmetros não confessionais, essa disciplina propõe aprofundar-se no Ensino Religioso como objeto de estudo, estabelecendo interações sociais e culturais com as crenças e não crenças do cidadão.

Partindo desse pressuposto, chegamos ao questionamento: Que percepções os estudantes do Instituto Federal de Santa Catarina — Câmpus Jaraguá do Sul-Centro revelam sobre a relação entre o aprendizado construído ao longo do ensino fundamental na unidade curricular de ensino religioso e suas crenças ou não-crenças?

## **4 HIPÓTESES**

- Dentre as crenças dos estudantes, ocorrerá uma provável predominância do cristianismo, ao mesmo tempo em que se perceberá um número de estudantes sem religião (ateísmo) ou com crenças alternativas, revelando uma pequena diversidade cultural presente nos alunos do local;

- Presume-se que, a depender da experiência que o estudante teve nas aulas de ensino religioso, a sua percepção acerca da pluralidade e da diversidade de crenças e não-crenças será distinta.
- Supõe-se que o ensino religioso estabeleça relações construtivas com as crenças ou não crenças dos estudantes, abordando-as e destacando a pluralidade e desenvolvendo sua religiosidade.

## **5 OBJETIVOS**

Para a realização e conclusão deste projeto, estabelecemos um objetivo geral e três objetivos específicos, pensando no que é necessário atingir para responder a pergunta-problema proposta, em conjunto com proporcionar resultados que contemplem o tema em foco.

### **5.1 OBJETIVO GERAL**

Compreender as percepções dos estudantes do Instituto Federal de Santa Catarina — Câmpus Jaraguá do Sul acerca do ensino religioso como unidade curricular e como elas interagem com suas crenças e não crenças.

### **5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Identificar a diversidade de crenças e não crenças entre os estudantes do IFSC — Câmpus Jaraguá do Sul;
- Analisar a percepção dos estudantes sobre o ensino religioso como unidade curricular;
- Relacionar as crenças e não crenças dos estudantes do IFSC com suas percepções acerca do ensino religioso como UC.

## 6 JUSTIFICATIVA

O Ensino Religioso (ER), como as demais unidades curriculares (UCs) que consolidam a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é de suma importância na formação básica social e cultural do estudante durante o ensino fundamental. Em seu papel legal nas escolas, deveria tratar da diversidade religiosa e dos fenômenos religiosos, abrangendo as culturas de forma igualitária e reprimendo o preconceito religioso. Porém, discussões sempre permearam a realidade do ER como unidade curricular: como é visto na sociedade, se é necessário para os estudantes e se deve ou não ser aplicado como disciplina escolar.

Dados antigos da Prova Brasil, aplicada com diretores das escolas públicas brasileiras, especificamente aquelas nas quais foram realizadas avaliações com turmas dos 5ºs e 9ºs anos, indicam que, em 2017, 69% das escolas públicas do Brasil ofereciam o ER como UC, enquanto 31% delas não ofereciam. Ainda, 57% responderam positivamente para a obrigatoriedade dos estudantes cursarem a disciplina, enquanto 43% negaram a existência de uma obrigatoriedade em relação a ela (Cunha; Carrasqueira, 2023).

Analisando os percentuais apresentados, é notável que parte das escolas públicas brasileiras não ofereciam o Ensino Religioso como UC, demonstrando como a discussão sobre sua presença e importância permanecem sendo pontos debatidos e que, mesmo que esse conhecimento exerça uma grande influência nos estudantes, as opiniões diferem em relação à sua relevância. É evidente que essa UC inevitavelmente faz parte da formação do pensamento crítico do cidadão, não apenas o ajudando a perceber a diversidade humana, mas também eliminando, em partes ou completamente, as intolerâncias comumente inferidas pelos estereótipos.

Essencialmente porque o conhecimento fomenta a tolerância, a visão compreensiva, tendencialmente igualitária e o não preconceito face ao tal outro. Mais, para além da noção e da ideia de tolerância, o conhecimento mostra a todos os que com ele convivem, que só pela multiplicidade a sociedade se completa e as partes se complementam; não é só o catolicismo que tem um lugar na sociedade, é toda a grelha da variação que é desejada e que cumpre um papel cívico. (Pinto, s.d., n.p.).

Além disso, a realização da pesquisa no IFSC provém do acolhimento que a instituição mostra em relação à diversidade e à pluralidade dos estudantes. A missão da instituição, como predefinido no Portal do IFSC, pretende “promover a

inclusão e formar cidadãos para a transformação social, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e cultural”. A partir disso, a instituição, além de outras proposições, propõe-se a “entregar para a sociedade cidadãos e cidadãs capazes de difundir e aplicar conhecimento e inovação, para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade.” (IFSC, 2025, p. 27). Nesse sentido, investigar a diversidade de crença e não crença presente na instituição contribui para a reflexão acerca dessa formação cidadã do indivíduo, já que se pode compreender o coletivo a partir das suas especificidades. Ademais, considerando as normas estabelecidas do IFSC e as possíveis irregularidades na aplicação do ER nas escolas durante o ensino fundamental do indivíduo, é importante nos voltarmos para o que os estudantes percebem em relação à sua formação acerca de tais questões, possibilitando reflexões sobre o ensino religioso, de modo mais específico, e sobre o papel das instituições de ensino, de modo mais amplo.

Por tais motivos, entende-se que o projeto de pesquisa se mostra importante e relevante, especialmente por focar na exploração do Ensino Religioso como Unidade Curricular e a sua influência sobre os estudantes do IFSC, que, por sua vez, apresenta-se como instituição inclusiva e formadora de cidadãos críticos e conscientes cultural e socialmente.

## **7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Como já apresentado, é essencial que os alunos e as escolas caminhem juntos para estabelecer relações construtivas no âmbito religioso. Visando trabalhar com as percepções dos alunos do IFSC Jaraguá do Sul - Centro sobre o Ensino Religioso, destaca-se a necessidade de aprofundamento em temas que exploram a história das religiões e do Ensino Religioso no Brasil, levando em consideração sua importância na construção social e cultural dos alunos em foco.

Além de visitar os aspectos históricos do ER, busca-se compreender mais sobre seu funcionamento atual nas escolas brasileiras. Isso permite uma análise com base e profundidade de como as religiões ou não crenças dos alunos pesquisados foram abordadas durante seu processo de aprendizagem, provocando reflexões sobre os objetivos legais do Ensino Religioso e suas propostas

pedagógicas para com as religiões no ambiente escolar.

Almejando contemplar os temas mencionados, serão apresentados nesta fundamentação conceitos que englobam o Estado Laico, a História Religiosa do Brasil, o Ensino Religioso Confessional e não Confessional, o Ensino Religioso segundo as Leis, a Diversidade Religiosa e o Ateísmo, considerados tópicos fundamentais para elaboração e conclusão deste projeto de pesquisa.

## 7.1 O ESTADO LAICO

O Brasil segue um sistema de estado que prioriza a laicidade e a liberdade religiosa em sua totalidade. Trata-se de um caminho de pluralidade e que permite a coexistência de diversas crenças. Então, segundo o que está no texto da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o estado brasileiro em sua atualidade tem como característica a laicidade implementada no estado e na constituição, o que o faz tomar aspectos de imparcialidade perante as religiões. A laicidade do estado não é contraditória à religião, porém tem a necessidade e o dever de assegurar e garantir a pluralidade religiosa (Rodrigues; Siqueira, 2016).

Essa laicização, que teve início com a república no Brasil, não foi concebida numa modalidade que contesta a religião, mas foi um processo de autonomização da esfera pública da influência religiosa, especialmente da igreja católica. Ela começa a ser implementada, segundo Baptista e Siqueira (2020), sob uma extensa influência, que passa pelo humanismo renascentista, pela reforma protestante, pela declaração da independência e pela declaração dos direitos do homem.

No Brasil, ainda de acordo com Baptista e Siqueira (2020), o início do processo dos conflitos a respeito da interferência católica no governo revela-se na “Questão Religiosa” (1872 e 1875), que explanou o grau de problemas e consequências desencadeadas pelo ultramontanismo e a reação católica. Dom Macedo Costa e Dom Vital protagonizaram um embate com a maçonaria, chegando à ameaça de excomunhão aos seus membros, juntamente da proibição de sepultamentos em cemitérios, que eram religiosos, e da expulsão de Dom Vital das Irmandades. O problema e embate chegou a grandes escalas, causando uma reação ao atual imperador da época Dom Pedro II, que tinha jurisdição em relação às Irmandades, e o Conselho de Ministros determinou a prisão dos Bispos. O

embate se resolveu com um acordo entre Dom Pedro II e o Papa Pio IX: anistia de bispos e a suspensão da expulsão dos maçons das Irmandades.

Essa dinâmica, iniciou um processo de “romanização” da Igreja (combate a formas populares de religiosidade e fortalecimento do clero), que se deu diante da definição de uma posição política tradicional da igreja, assegurando seus direitos diante do positivismo e das ideias liberais. E também principalmente pela entrada de congregações religiosas europeias, que vieram com o objetivo de assumir o trabalho missionário, atuando com as práticas devocionais, como por exemplo os irmãos Maristas. Consolidou-se assim a ocupação de um espaço importante das igrejas nas escolas, destacando-se a autorização para o ensino religioso de frequência facultativa.

Diante deste contexto, Baptista e Siqueira (2020) ressaltam que, no ano de 1932, os pioneiros da educação - Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Afrânio Peixoto, dentre outros, lançam um manifesto em favor de uma educação pública, aberta a todos e sem qualquer discriminação. Tal manifesto faz com que o embate entre católicos e liberais, entre confessionalidade e laicidade continuasse, com os católicos representando grupos “oligarcas” e autoritários, conservadores, e os liberais, como os pioneiros da educação, “os setores progressistas” das novas classes da elite emergente. Ainda longe estava o nascimento da “escola do povo”, com uma educação popular, libertadora, decolonial e inclusiva (Baptista; Siqueira, 2020).

## 7.2 A HISTÓRIA RELIGIOSA DO BRASIL

Compreender a história religiosa do Brasil perpassa pela compreensão da história de colonização e dos povos que habitavam as terras que foram tomadas e exploradas por Portugal. No Brasil indígena, antes da chegada dos europeus, a região já estava sendo habitada e cheia de história. De acordo com o site Brasil Escola, as sociedades que habitavam o território que hoje denomina-se Brasil já viviam suas vidas, rotinas e crenças, cada um com sua própria religião. A espiritualidade indígena esteve sempre fortemente conectada com a natureza e a ancestralidade. Nessa visão, espíritos e rituais estavam ligados e mantinham o equilíbrio entre o mundo humano e o espiritual. As tradições milenares indígenas, que são mantidas vivas até hoje, sobrevivem pelo compartilhamento de

conhecimento e histórias míticas e sagradas de mais de 200 povos que habitam o Brasil atualmente.

Supõe-se que a população indígena girava em torno de 2 a 2,5 milhões e que com a chegada dos europeus, em 1500, começou um processo de diminuição por conta da violência e escravização (Jecupé, 1998). A partir desse momento, os jesuítas iniciam o processo de conversão dos indígenas, percorrendo aldeias e anunciando o caminho único em direção à salvação da alma (Paiva, 2000). Para fazer com que o indígena negasse suas próprias crenças e se convertesse ao cristianismo, os padres lhes inculcavam o medo e o castigo como “presença constante do deus policial” (Paiva, 2000, p.5). Os povos foram submetidos ao Cristianismo de forma compulsória, como controle social. Missões, escolas e aldeamentos foram construídos para promover a conversão de indígenas e escravizados, que foram trazidos do continente africano de forma agressiva e forçada, com a finalidade de suprir a mão de obra pesada.

Todo esse contexto criou uma mistura de povos, religiões e crenças, que seguem entre o povo brasileiro atualmente. O processo de catequização dos indígenas foi crucial para o desenvolvimento cultural do Brasil colonial, assim como a escravização e o tráfico negreiro, que marcou a história do Brasil e reflete em como a população vive até os dias de hoje. Ao considerar todo esse contexto histórico, percebe-se que não havia opção religiosa, não havia liberdade de escolha, e a crença foi imposta de modo intransigente pela igreja católica. É nesse contexto de um catolicismo imposto que a sociedade brasileira foi formada.

A catequização dos jesuítas se mostrava um tanto padronizada, inculcando sobre as pessoas a inevitável e imutável condição para a salvação: um modo de viver fundamental para a salvação da alma. De acordo com Paiva (2000, p. 1), “O determinante da cultura portuguesa da época era a sacralidade da sociedade: [...] Todos realizavam, no que lhes era próprio, o reino de Deus: o rei governando, o padre rezando, o soldado guerreando, o comerciante tratando, a mulher guardando a casa.” Daí que vinha a urgência da salvação individual, já que a sociedade, vivendo sob o fundamentalismo cristão, estaria salva.

Essa visão moldava a organização social, não dando espaço para que as pessoas imaginassem condições que fugissem dessa ordem estabelecida. Inevitavelmente, essa ordem tornava-se imutável e definitiva, e a necessidade dos portugueses de salvarem a si mesmos e aos seus irmãos começava a tomar

perspectiva dos indígenas que ali viviam. Neste momento, recai sobre a nação humana a polaridade entre salvação e condenação, e a Igreja era vista como caminho para essa salvação.

Diante desse cenário, percebe-se como a repressão da diversidade para o estabelecimento de um dogma único causou danos à população indígena, que teve suas religiões negadas e descredibilizadas. A partir desse momento, a predominância do cristianismo começa a se estruturar como peça fundamental da sociedade brasileira. Isso se consolidou no período imperial.

Durante o período Imperial, o Brasil tornou-se politicamente uma monarquia, o catolicismo liderava a maior parte religiosa do Brasil, e manteve grande influência na educação e no cotidiano. Essa época iniciou depois que o país se tornou independente, em 1822, e ocorreu até 1889, quando a República foi proclamada. A religião e seu ensino inserido nas escolas são resumidos pela união do Estado Brasileiro e da Igreja Católica, marcada mais ainda pela lei do dia 15 de outubro de 1827, que estabelecia os pontos centrais da educação: a leitura, a escrita e os princípios da moral cristã e as doutrinas do catolicismo. Diante disso, percebe-se que o foco estava em ensinar única e exclusivamente uma crença, sem espaço para diversidade.

No começo da primeira república (República Velha), destacou-se também a crítica do laicismo. Ranquetat (2007) explica que a concepção sobre o estado laico nas instituições públicas era vista de forma negativa e a neutralidade religiosa presente, posta pelos laicistas, não era recebida de forma agradável. Durante a Era Vargas, a igreja e o Estado procuravam se manter em união política, com a mesma apreensão de retificar o poder na sociedade. Getúlio prezava pela obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas, e a atuação da igreja católica sobre a educação não se denominou em partes específicas, mas também nos meios familiares e na tomada de decisões em relação às reformas no ensino superior, secundário, público e privado. Vários investimentos em instituições foram feitos a fim de expor mais ainda a influência sobre o posicionamento político e religioso da população, em que a igreja também influenciava.

Assim, embora a história religiosa do Brasil se constitua também pela diversidade espiritual existente entre povos indígenas, africanos e tantas outras manifestações de fé, a história marca um processo de apagamento cultural. Nessa perspectiva, a Igreja Católica foi consolidada como a única religião legítima,

enquanto manifestações diferentes eram perseguidas, silenciadas e associadas à inferioridade ou ao pecado.

### 7.3 ENSINO RELIGIOSO: CONFSSIONAL E NÃO CONFSSIONAL

O Ensino Religioso no Brasil historicamente esteve associado a uma perspectiva confessional, caracterizada pela transmissão de doutrinas e crenças vinculadas a tradições religiosas específicas no ambiente escolar. Conforme apontam Ferreira e Brandenburg (2018), essa disciplina, durante longo período, apresentou forte tendência catequética, influenciada principalmente por grupos religiosos hegemônicos. Nesse contexto, tal abordagem pode comprometer o princípio da laicidade do Estado, uma vez que, conforme afirma o ministro do STF Celso de Mello, em entrevista realizada por Ingrid Matuoka (2017, n.p.): “a confessionalidade do ensino religioso fere diretamente a laicidade do Estado”.

Por outro lado, o Ensino Religioso não confessional fundamenta-se na compreensão do fenômeno religioso como objeto de conhecimento, desvinculado de práticas doutrinárias. De acordo com Ferreira e Brandenburg (2018), a Base Nacional Comum Curricular estabelece que o Ensino Religioso deve priorizar o estudo do conhecimento religioso, afastando-se de tendências catequéticas. Nessa perspectiva, as práticas pedagógicas orientam-se por uma abordagem crítica e pluralista, na qual as aulas são conduzidas de forma imparcial e objetiva, buscando analisar as religiões a partir de seus aspectos históricos, sociais e culturais.

É perceptível que, por um longo período da história, o ensino religioso foi confessional e todos que tiveram acesso a tal ensino aprendiam exclusivamente sobre a visão cristã católica. No entanto, a diversidade religiosa está presente em todos os ambientes, inclusive no espaço escolar, tornando-se necessário e oportuno o uso do ensino religioso não-confessional, que atualmente já vem sendo implementado em âmbito nacional. Dessa forma, na sequência, será apresentado como o Ensino Religioso vem sendo aplicado nos ambientes escolares e sua importância para o desenvolvimento do aluno.

## 7.4 O ENSINO RELIGIOSO DE ACORDO COM AS LEIS

A religião está presente na maior parte das sociedades humanas, seja como crença, seja como expressão cultural. Por isso, o conhecimento religioso também precisa ser discutido no ambiente escolar. De acordo com Rocha (2016), a ausência desse debate pode levar à naturalização de uma religião majoritária, como se ela fosse comum a todos, o que acaba limitando o exercício da cidadania e o direito à livre expressão religiosa e à não crença.

Por muito tempo, a relação entre religião, Estado e educação no Brasil estabeleceu o catolicismo como religião oficial do Império, não apresentando preocupação com a educação como direito social, nem com a diversidade religiosa existente. Nesse sentido, de acordo com Façanha e Stephanini (2021), percebe-se que esse modelo resultava na exclusão de outras crenças e visões de mundo do espaço público.

A Constituição Federal de 1988 representa um avanço ao determinar, no art. 210, que “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (Brasil, 1988, art. 210). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reforça essa perspectiva ao estabelecer, em seu art. 33, que:

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (Brasil, 1996, art. 33).

Dentro dessas propostas, o Ensino Religioso pode contribuir para a reflexão sobre problemas presentes na sociedade, como a intolerância religiosa e cultural. Ao tratar desses temas, esse componente curricular possibilita a desconstrução de ideias preconceituosas e a construção de novos entendimentos baseados no respeito às diferenças. Práticas pedagógicas mais inovadoras podem tornar esse processo mais significativo, ajudando os estudantes a compreender melhor a diversidade religiosa e a conviver de forma mais democrática.

Nessa perspectiva, mostra-se importante considerar os objetivos do Ensino Religioso dados pela BNCC:

a) Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos

educandos;

b) Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos;

c) Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal;

d) Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania (Brasil, 2017, p.436).

O Ensino Religioso acomoda uma visão significativa na vida escolar acadêmica, trazendo aos estudantes o livre exercício de consciência religiosa. Ao considerar os objetivos estabelecidos pela BNCC, compreende-se que esse componente curricular não se limita à transmissão de conteúdos religiosos, mas contribui para a formação integral do educando, fortalecendo valores éticos, culturais e cidadãos. Porém, apesar dos objetivos estarem explícitos, percebe-se uma não homogeneização em relação ao Ensino Religioso.

Lui (2011 *apud* Rocha, 2016) aponta que pesquisas sobre o Ensino Religioso nas escolas públicas mostram a existência de diferenças entre os sistemas de ensino, especialmente em relação à formação dos professores. Em alguns casos, exige-se formação específica em Ensino Religioso ou Ciências da Religião; em outros, são aceitas licenciaturas em áreas como História, Filosofia ou Sociologia, e há sistemas que permitem que qualquer licenciatura atue nessa área. Essa diversidade de critérios contribui para a falta de padronização do Ensino Religioso oferecido nas escolas.

Essas diferenças influenciam diretamente a forma como o Ensino Religioso é trabalhado em sala de aula e como ele é percebido pelos estudantes. Quando não há clareza nas orientações pedagógicas ou na formação docente, podem surgir práticas que não dialogam com os princípios legais de respeito à diversidade e de ausência de proselitismo. Por isso, compreender as percepções dos estudantes sobre o Ensino Religioso é fundamental para avaliar como esse componente curricular tem sido vivenciado e como se relaciona com as crenças e não crenças presentes no contexto escolar.

## 7.5 DIVERSIDADE RELIGIOSA, CRENÇA E NÃO-CRENÇA

O ensino religioso abordado nas escolas é, muitas vezes, o primeiro contato com a pluralidade religiosa, considerando que os estudantes estão inseridos em diferentes contextos culturais, influenciando diretamente nas crenças e não crenças individuais. Ao analisar os objetivos propostos pela BNCC, para o Ensino Religioso, é fundamental discutir os seguintes conceitos: pluralismo religioso, secularização e o ateísmo.

A diversidade religiosa está presente em praticamente todas as sociedades e isso representa a existência de diferentes religiões, crenças, tradições espirituais e também pessoas que não seguem nenhuma religião. No Brasil, esse tema é muito importante, pois o país possui uma grande variedade de manifestações religiosas devido à sua formação histórica e cultural, marcada pela influência de povos indígenas, africanos, europeus e outros grupos que contribuíram para a construção da sociedade brasileira.

Dentro desse contexto, surge o conceito de pluralismo religioso, que se refere à convivência de várias religiões e diferentes formas de pensar dentro de uma mesma sociedade. Esse pluralismo mostra que existem diversas maneiras de compreender a espiritualidade, a fé e até mesmo a própria existência humana, e que todas devem ser respeitadas. Segundo Adão (2022), a diversidade religiosa demonstra que não existe apenas uma única religião ou verdade absoluta, mas diferentes crenças coexistindo no mesmo espaço social.

Além das religiões, também existem pessoas que optam pela não-crença, ou seja, que não seguem nenhuma religião ou não acreditam em práticas espirituais. Dentro desse grupo está o ateísmo, que pode ser entendido como “pensamentos que negam ou desconsideram a existência de divindades” (Sena, 2020, n.p.). Assim como as diversas religiões, o ateísmo também faz parte da diversidade de pensamentos presente na sociedade e deve ser respeitado.

Outro ponto importante é a secularização, que “se caracteriza fundamentalmente pelo declínio da religião” (Ranquetat Jr , 2009, p.2) onde a religião passa a ter menos influência direta sobre áreas como política, educação e decisões do Estado. Com isso, a sociedade se torna mais laica, permitindo maior liberdade para que cada pessoa escolha sua crença, religião ou até mesmo a ausência dela sem sofrer imposições.

Dessa forma, entender a diversidade religiosa, o pluralismo, a secularização e a não-crença é fundamental para promover o respeito entre as pessoas e combater preconceitos e intolerâncias. Quando uma sociedade reconhece e valoriza as diferenças de pensamento e de fé, torna-se possível construir relações mais harmoniosas, baseadas no diálogo, na empatia e no respeito mútuo.

## 8 METODOLOGIA

A abordagem desta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, devido ao papel fundamental exercido pelos pesquisadores ao estabelecerem, como propõe Medeiros (2012), interpretações mais profundas sobre o universo simbólico dos dados coletados, deixando de lado procedimentos de quantificação e, ao invés disso, aderindo práticas qualitativas, como questionários e entrevistas. Isso se torna claro ao se considerar que o foco do estudo está na análise da percepção dos estudantes como dado subjetivo. A presente pesquisa se encaixa nessa categoria principalmente ao proporcionar uma análise mais profunda das experiências dos estudantes com o ensino religioso, permitindo que eles reflitam sobre suas vivências e percepções acerca da unidade curricular. A partir disso, será feita a relação entre essas percepções e as crenças e não crenças dos estudantes. Nesse cenário, os pesquisadores terão papel ativo, preservando a natureza subjetiva da pesquisa qualitativa:

Os pesquisadores, em si, são uma parte importante do processo de pesquisa, seja em termos de sua própria presença pessoal na condição de pesquisadores, seja em termos de suas experiências no campo e com a capacidade de reflexão que trazem ao todo, como membros do campo que se está estudando (Flick, 2009. p. 9)

Além disso, o protagonismo dos pesquisados também permanece como principal motivador da pesquisa, tendo em vista a valorização da experiência pessoal dele. Assim, este estudo dá importância ao significado daquilo que os estudantes investigados apresentarão, por isso se vale da abordagem qualitativa (Bogdan; Biklen, 1994 *apud* Franzen, 2012).

No que diz respeito aos objetivos, a pesquisa pode ser considerada descritiva, pois tem como objetivo principal estudar, descrever e explicar as características de um determinado grupo ou fenômeno. Nessa perspectiva, Gil (2002), apresenta que:

São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (Gil, 2002. p.39).

Ao observar estes pressupostos, é viável utilizar a pesquisa descritiva como meio de guia, pois o objetivo de estudo se destaca por apresentar a relação de percepções e opiniões com as crenças dos estudantes.

Já com relação aos procedimentos técnicos (Gil, 2002), pode-se caracterizar a investigação como um estudo de campo, que, em uma visão geral, busca analisar por meio de entrevistas e questionários características e comportamentos referentes ao grupo estudado, com base na observação de tal comunidade em termo de sua estrutura social. Além disso, nesse tipo de pesquisa, o investigador estabelece relações diretas com os indivíduos em foco, o que permite obter dados mais confiáveis sobre o tema levantado, e por não necessitar de equipamentos especiais para a coleta de dados, acaba sendo mais econômico.

O respectivo projeto pode ser pautado como estudo de campo, pois foca diretamente em um grupo de estudantes do IFSC Jaraguá do Sul - Centro, destacando a interação entre seus componentes. Este tipo de pesquisa proporciona um aprofundamento sobre as questões do tema proposto e um planejamento de alta flexibilidade, podendo se moldar caso os objetivos do projeto sejam reformulados ao decorrer da pesquisa, que por sua vez foca na análise da atividade do grupo de estudo coletando suas explicações e interpretações acerca do Ensino Religioso.

A população escolhida para este trabalho são as primeiras fases dos cursos técnicos em química e modelagem, do Instituto Federal de Santa Catarina Jaraguá do Sul - Centro. Esse foi o recorte feito porque as primeiras fases, por terem recém adentrado o ensino médio, terão maior afinidade com os conteúdos estudados na unidade curricular de Ensino Religioso em sua antiga escola durante o ensino fundamental.

Sobre os instrumentos de coleta de dados que serão usados neste trabalho, optou-se por um teste de percepção por meio da escala Likert, no formato de 5 pontos que variam de “concordo completamente” a “discordo completamente”. O uso da escala Likert permitirá a obtenção de dados mais precisos em relação às percepções dos alunos, oferecendo a eles um método de avaliar em diferentes graus cada afirmação, referentes aos objetivos e hipóteses propostos.

Além da escala, também será realizada a aplicação de um questionário, que

aborda um conjunto de perguntas elaboradas pelos pesquisadores e que devem ser respondidas e encaminhadas aos pesquisadores fisicamente ou através de plataformas eletrônicas. Este método foi escolhido especialmente devido à economia de tempo e custo que tal proporcionará, além de oferecer maior alcance e menor risco de interferência dos pesquisadores sobre as respostas (Marconi; Lakatos, 2019). Para o estudo apresentado, o questionário proporciona aos pesquisadores dados específicos acerca das crenças e não crenças dos estudantes, o que se mostra fundamental para o estabelecimento da relação existente entre as duas variáveis, sendo elas as percepções dos estudantes acerca da unidade curricular e as suas crenças e não crenças.

## 9 CRONOGRAMA

| 2026.2                                                  | Jun. | Ago. | Set. | Out. | Nov. | Dez. |
|---------------------------------------------------------|------|------|------|------|------|------|
| Ampliação das leituras                                  | X    | X    | X    | X    | X    | X    |
| Revisão do projeto de acordo com considerações da banca | X    |      |      |      |      |      |
| Elaboração do questionário e escala Likert              | X    | X    |      |      |      |      |
| Aplicação dos pilotos dos instrumentos                  |      | X    |      |      |      |      |
| Realizar ajustes nos instrumentos                       |      | X    | X    |      |      |      |
| Aplicação dos instrumentos                              |      |      | X    | X    |      |      |
| Resultados e discussão preliminar                       |      |      |      | X    | X    |      |
| Produção do relatório parcial                           |      |      |      |      | X    |      |
| Organização da apresentação                             |      |      |      |      | X    |      |
| Apresentação à banca                                    |      |      |      |      | X    |      |

| 2027.1                              | Fev. | Mar. | Abr. | Mai. | Jun. |
|-------------------------------------|------|------|------|------|------|
| Ampliação das leituras              | X    | X    | X    | X    |      |
| Revisão do projeto de acordo com as |      | X    |      |      |      |

|                                   |  |   |   |   |   |
|-----------------------------------|--|---|---|---|---|
| considerações da banca            |  |   |   |   |   |
| Análise e discussão de resultados |  | X | X |   |   |
| Elaboração do relatório final     |  |   |   | X | X |
| Organização da apresentação       |  |   |   | X | X |
| Apresentação                      |  |   |   |   | X |
| Revisão do relatório final        |  |   |   |   | X |

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; SIQUEIRA, Giseli do Prado. Ensino Religioso na escola pública brasileira e a questão da laicidade. **Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, [S.L.], v. 18, n. 55, p. 33, 30 abr. 2020. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/23832>. Acesso em: 22 maio 2026.

BRASIL, [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Artigo 210. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: [https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518-versaofinal\\_siste.pdf](https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_siste.pdf). Acesso em: 12 maio 2026.

BRASIL. Lei no 9394 de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 25 abril 2026.

CUNHA, Luiz Antônio; CARRASQUEIRA, Karina. Dimensionamento do Ensino Religioso nas escolas públicas de ensino fundamental (2011— 2017). **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 44, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/kFTZCsQNvjXm75nRKvsfdTc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2026.

FAÇANHA, Marta Braga; STEPHANINI, Valdir. Aspectos do Ensino Religioso na Base Nacional Comum Curricular: os fundamentos para educação de qualidade. **Rev. Pistis Prax**, Curitiba, v. 13, n. 1, jan./abr 2021. p. 477-496. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/pistispraxis/article/view/27789/25019>. Acesso em: 22 maio. 2026.

FERREIRA, Renan da Costa; BRANDENBURG, Laude Erandi. O Ensino Religioso e a BNCC: possibilidades de se educar para a paz. **Revista de Ciências da Religião**. Goiânia, v. 17, n. 2, set. 2019. p. 508–522. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/7313/4156>. Acesso em: 12 maio. 2026.

FLICK, Uwe. Qualidade na pesquisa qualitativa: A Tensão entre a arte e o método? Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009. 196 p. Acesso em 13 maio. 2026.

FRANZEN, Bruna Alexandra. Letramentos: o dizer de engenheiros relativo ao seu campo de trabalho. Blumenau, 2012. Disponível em: [https://bu.furb.br/docs/DS/2012/351462\\_1\\_1.PDF](https://bu.furb.br/docs/DS/2012/351462_1_1.PDF). Acesso em: 8 maio 2026.



<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/sociologia/ateismo>. Acesso em: 8 abr. 2026.

SILVA, Daniel Neves. **Escravidão no Brasil**. Brasil Escola, Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/escravidao-no-brasil.htm>. Acesso em: 10 abr. 2026.